

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.611.358 - SP (2019/0325470-2)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS**  
**ADVOGADOS : ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ - SP178930**  
**VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA - DF019680**  
**GABRIEL BARTOLOMEU FELÍCIO TEIXEIRA - DF044085**  
**AGRAVADO : BUBE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS BAURU LTDA.**  
**AGRAVADO : MARIA PERPETUA BRANDAO FARIAS**  
**AGRAVADO : PAULO VILMAR FARIAS**  
**ADVOGADO : HENRIQUE CUNHA BARBOSA - SP243096**

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO POR AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. RECONSIDERAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. **INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC.** PENHORA SOBRE SALÁRIO. RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DA IMPENHORABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

**DECISÃO**

Da leitura da minuta do agravo de instrumento que deu origem ao presente recurso, extrai-se que COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS E CONEXOS - FILIAL JAGUARIÚNA (atual CRBS S.A) promoveu contra BUBE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS BAURÚ LTDA, ação monitória decorrente de dívida lastreada em notas fiscais e comprovantes de entrega de mercadorias, qual foi julgada parcialmente procedente.

Iniciado o cumprimento de sentença, foi deferida a desconsideração da personalidade jurídica da empresa ré para incluir no pólo passivo os sócios PAULO VILMAR FARIAS e MARIA PERPÉTUA BRANDÃO FARIAS (MARIA PERPÉTUA).

Objetivando o recebimento de seu crédito, CRBS S.A requereu a penhora sobre percentual do salário da coexecutada, ora agravada MARIA PERPÉTUA.

O pedido foi indeferido pelo juízo de primeira instância, dando origem ao agravo de instrumento interposto por CRBS S.A, o qual fora desprovido pelo Tribunal paulista em acórdão relatado pelo Excelentíssimo Des. RAMON MATEO JÚNIOR,

assim ementado:

*Agravo de Instrumento - Insurgência contra decisão que indeferiu pedido de penhora sobre parte do salário do devedor - Descabimento - Inviável mitigação do art. 833, IV, do CPC, notadamente por inexistir demonstração de ausência de prejuízo à devedora - Agravo desprovido (e-STJ, fl. 971).*

Inconformada, CRBS S.A interpôs recurso especial com base no art. 105, III, c, da Constituição Federal suscitando divergência de interpretação quanto ao art. 833, IV do NCPC, defendendo a possibilidade de penhora de 30% do salário de MARIA PERPÉTUA paga pagamento da dívida.

Em juízo de admissibilidade, a presidência da seção de direito privado do Tribunal de Justiça de São Paulo inadmitiu o apelo nobre (e-STJ, fl. 1.002).

Seguiu-se o agravo em recurso especial que, em decisão monocrática da relatoria do Ministro Presidente do STJ, não foi conhecido, com amparo no art. 21-E, V, c/c 253, parágrafo único, I, do RISTJ por falta de impugnação da decisão agravada (e-STJ, fls. 1.033/1.034).

Irresignada, CRBS S.A interpôs o presente agravo interno afirmando que, ao contrário do constou na decisão agravada, a decisão de inadmissibilidade do recurso especial fora devidamente impugnada (e-STJ, fls. 1.037/1.043).

Despacho do Ministro Presidente desta Corte determinando a distribuição do agravo (e-STJ, fl. 1.050).

É o relatório.

DECIDO.

Verifica-se no agravo em recurso especial, que CRBS S.A impugnou o fundamento da decisão de inadmissão do apelo nobre (e-STJ, fl. 671).

Dessa forma, **reconsidero** a decisão agravada e passo a análise do recurso especial interposto por CRBS S.A.

Vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

De fato, a jurisprudência do STJ vem entendendo que *a regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos, dos subsídios, dos soldos, dos salários, das remunerações, dos proventos de aposentadoria, das pensões, dos pecúlios e dos*

*montepios, bem como das quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, dos ganhos de trabalhador autônomo e dos honorários de profissional liberal poderá ser excepcionada, nos termos do art. 833, IV, c/c o § 2º do CPC/2015, quando se voltar: I) para o pagamento de prestação alimentícia, de qualquer origem, independentemente do valor da verba remuneratória recebida; e II) para o pagamento de qualquer outra dívida não alimentar, quando os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salários mínimos mensais, ressalvadas eventuais particularidades do caso concreto (AgInt no AREsp nº 1.486.968/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 10/9/2019).*

Assim, ainda que se reconheça, em tese, a possibilidade de mitigação da regra de impenhorabilidade de vencimentos em situações absolutamente excepcionais, o exame concreto da excepcionalidade da medida na hipótese vertente, com vistas à alteração das conclusões apostas no acórdão recorrido, reclamaria o reexame dos elementos de convicção dos autos, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do STJ.

A propósito, merecem destaque os seguintes precedentes:

*PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENHORA. VERBAS DE NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA N. 83 DO STJ. EXCEPCIONALIDADE NÃO DEMONSTRADA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. DECISÃO MANTIDA.*

*[...]*

***2. Consoante entendimento desta Corte, em regra, é incabível a penhora de valores recebidos a título de subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria e pensões, entre outras.***

***Precedentes.***

***3. Estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência do STJ, incide a Súmula n. 83/STJ, que se aplica a recursos interpostos com base tanto na alínea "a" quanto na alínea "c" do permissivo constitucional.***

***4. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).***

***5. No caso concreto, o Tribunal de origem entendeu não existir***

**situação excepcional a autorizar a mitigação da regra da impenhorabilidade. Alterar esse entendimento demandaria reexame de fatos e provas, vedado em recurso especial.**

6. "A incidência das Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa" (AgInt no AREsp n. 1.232.064/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 4/12/2018, DJe 7/12/2018).

[...]

9. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp nº 1.488.600/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS

FERREIRA, Quarta Turma, DJe 5/11/2019 – sem destaques no original)

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA A RECURSAL DA PARTE AGRAVADA.**

**1. Esta Corte Superior adota o posicionamento de que o salário, soldo ou remuneração são impenhoráveis, nos termos do art. 833, IV, do NCPC, sendo essa regra excepcionada apenas quando se tratar de penhora para pagamento de prestação alimentícia ou quando os valores excedam 50 (cinquenta) salários mínimos mensais (art. 833, IV, § 2º, NCPC), o que não é o caso dos autos. Precedentes.**

2. A revisão do aresto objurgado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada na instância ordinária que, com base no livre convencimento motivado, concluiu pela inexistência de situação excepcional a autorizar a penhora da verba salarial, medida vedada pela via do recurso especial. Incidência da Súmula 7 do STJ. A reavaliação, circunstância apta a afastar a incidência do referido óbice, caracteriza-se pela redefinição do enquadramento jurídico dos fatos expressamente mencionados no acórdão hostilizado, não sendo autorizado o reexame das provas produzidas nos autos.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp nº 1.512.319/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI,

Quarta Turma, DJe 21/10/2019 – sem destaques no original)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de

# *Superior Tribunal de Justiça*

16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator